

Anomia e mal-estar no século XXI

Cândice Damé¹

RESUMO

Neste artigo, pretendo abordar o conceito de anomia, descrito no século XVIII, durante a Revolução Industrial, pelo sociólogo Émile Durkheim, e quais os possíveis entrelaçamentos com a psicanálise. Para Durkheim, quando ocorrem mudanças bruscas e intensas na configuração social, as normas e leis vigentes tornam-se obsoletas e desprovidas de sentido, gerando um estado de indeterminação e mal-estar. A partir desse conceito, questiono se hoje, com a Revolução Digital e a complexificação das possibilidades de escolha, não estamos atravessando novos tempos de anomia e, diante disso, qual o mal-estar que se revela na clínica psicanalítica dos nossos tempos. Para isso, me amparo na obra freudiana *O mal-estar na civilização* e no seu olhar sobre os fenômenos da cultura, trazendo algumas reflexões sobre a instauração da lei e do laço social a partir do mito do pai da horda, em *Totem e tabu*. Costuro com contribuições de alguns psicanalistas atuais, como Hélio Pellegrino e Marilúcia Melo Meireles, esta em seu livro *Anomia: ruptura civilizatória e sofrimento psíquico*. Por fim, reflito sobre os aspectos da clínica psicanalítica atual em tempos de anomia e a importância de seguirmos produzindo, investigando e teorizando a respeito de um saber que nunca se encerra.

Palavras-chave: Anomia. Psicanálise. Contemporaneidade. Mal-estar.

¹ Psicanalista em formação, membro Provisório do CEPdePA.

1 POR QUE ANOMIA?

Durante este ano, muitas vezes me deparei com a palavra *anomia*, que até então não habitava meu horizonte léxico. A repetição da palavra, em diferentes contextos, mobilizou uma curiosidade em aprofundar o tema. Depois de ler um artigo do filósofo e psicanalista Vladimir Safatle (2018) intitulado “Sofrimento de determinação”, passei a tecer questionamentos sobre as possíveis interlocuções entre anomia e psicanálise.

Portanto, resolvi compartilhar algumas investigações e reflexões sobre a anomia neste trabalho, trazendo uma breve revisão sobre os possíveis significados da palavra e fazendo uma escolha, ao delimitar o tema a partir do conceito sociológico de anomia descrito por Émile Durkheim, em 1893, durante a Revolução Industrial. A partir desta contextualização, me amparo, principalmente, na obra freudiana e nos meus questionamentos acerca da clínica psicanalítica dos nossos tempos.

Penso que os fenômenos da cultura nos apontam caminhos e denunciam o *zeitgeist*² de uma determinada época (ZEITGEIST, c2019). Sua articulação com a psicanálise é sempre necessária, principalmente no que tange à clínica psicanalítica e às novas formas de mal-estar que aparecem no dia a dia dos nossos consultórios. É a partir das nossas inquietações na clínica que somos convocados a seguir produzindo, investigando e teorizando a respeito de um saber que nunca se encerra.

“É uma exigência ética buscarmos na teoria o alimento para a nossa práxis, mas sem deixarmos de acreditar que a Clínica é *Senhora* e que, portanto, é fundamental respeitar a especificidade de onde somos convocados.” (HAUSEN et al., 2016, p. 151).

2 INTRODUÇÃO AO CONCEITO

Para a compreensão deste trabalho, inicialmente será feita uma delimitação do tema, elucidando as duas possíveis definições da palavra anomia, com origens

2 É um termo alemão que pode ser traduzido como espírito do tempo ou estado de ânimo de uma determinada época, evidenciado por suas ideias e crenças.

etimológicas distintas. Não pretendo esgotar o tema, mas pensar os diferentes desdobramentos e possibilidades que o conceito nos traz.

No campo da Neurologia, encontramos um sintoma de afasia caracterizado pela incapacidade ou dificuldade de nomear objetos ou evocar palavras durante a enunciação (MORATO, 2002). A alteração de nomeação é um dos principais acometimentos encontrados nas diferentes afasias e é denominada pelo termo *anomia*. Neste caso, a origem etimológica da palavra *anomia* remete ao vocábulo grego “*onoma*”, que significa “sem nome” ou “ausência de nome” (DEFINITION..., c2019; LORING, 1999).

As afasias são definidas como um distúrbio de linguagem decorrente de comprometimento neurológico, com alterações na capacidade de compreensão e expressão oral e/ou escrita. Foram amplamente estudadas por Freud (1891) em sua obra *Sobre a concepção das afasias: um estudo crítico*, trazendo considerações fundamentais para a neurologia e para a psicanálise. Freud (1891) faz uma revisão das principais hipóteses vigentes sobre os distúrbios afásicos e propõe uma concepção alternativa sobre o funcionamento normal e a patologia da linguagem, destacando que o funcionamento da linguagem se encontra intrinsecamente ligado ao funcionamento psíquico. Como afirma Garcia-Roza (2014), esta obra é uma verdadeira ponte entre a neurologia e a psicanálise ao tratar dos distúrbios da linguagem relacionados com lesões cerebrais, sendo uma impressionante reflexão de temas que virão a ser objeto de investigação da psicanálise.

No campo da sociologia o termo *anomia* foi utilizado por Émile Durkheim (1893) para descrever um estado social caótico, desordenado, no qual se afrouxa a coerção moral sobre os indivíduos, levando-os ao desregramento e à delinquência. O termo utilizado pelo sociólogo francês usa o radical grego “*nomos*” (lei moral, costume), no qual *anomia* significa ausência de leis (ANOMIA, c2001-2019; ANOMIE, c2019). Durkheim (1893) afirma que mudanças bruscas e repentinas na sociedade fazem com que as normas, antes já estabelecidas e satisfatórias, tornem-se obsoletas, incertas e percam seu poder, gerando um estado de indeterminação social, insatisfação e uma existência desprovida de significado.

Ainda, a título de curiosidade, do ponto de vista teológico, a anomia consiste no descumprimento dos preceitos religiosos e das chamadas “leis de Deus”. Para

muitos teólogos, anomia significava pecado, pois traduzia situações de transgressão da lei divina.

Apesar de ter vários significados, a anomia carrega em sua essência, a ausência, a falta. E por isso seu enlace com a psicanálise já fica demarcado. Para que possamos fazer um entendimento da anomia à luz da psicanálise, o recorte escolhido para este trabalho será a partir da definição sociológica de Émile Durkheim, que tornou o conceito proeminente, trazendo inúmeras reflexões sobre a sociedade moderna.

Émile Durkheim nasceu na França em 1858 onde permaneceu até sua morte, em 1917. Contemporâneo de Sigmund Freud e também descendente de judeus, dedicou sua trajetória intelectual a elaborar uma ciência que possibilitasse o entendimento dos comportamentos coletivos. Sua grande preocupação era explicar como a sociedade poderia manter sua coerência e integridade diante das inúmeras transformações trazidas pela Revolução Industrial e avanços tecnológicos, em que os laços sociais e religiosos tradicionais não são mais imprescindíveis e as instituições apresentam novas configurações.

Seu primeiro trabalho sociológico importante foi *Da divisão do trabalho social* (1893). Em 1895, publicou *As regras do método sociológico* e criou o primeiro departamento europeu de sociologia, tornando-se pioneiro em sua área na França. Em sua monografia *O suicídio* (1897), levantou dados sobre as taxas de suicídio da França, Prússia, Inglaterra, Saxônia, Baviera, Dinamarca, de 1841 a 1872, ganhando reconhecimento entre os estudiosos da área e projetando-se como uma investigação social moderna. Teve como grande preocupação e objetivo tornar a Sociologia uma ciência. Novamente se pode fazer um paralelo com Freud, que, durante toda sua vida, não mediu esforços em provar a cientificidade da psicanálise, ocupando-se em criar “[...] um método [...] para o tratamento de distúrbios neuróticos [...]” (FREUD, 1923 [1922], p. 253).

Durkheim traz o conceito de anomia em, pelo menos, duas de suas obras: *Da divisão do trabalho social* (1893) e *O suicídio* (1897). Na primeira, utiliza o conceito como um certo estado de desregramento da sociedade provocado pela falta de solidariedade entre os diferentes seguimentos da divisão do trabalho. Para o sociólogo, os princípios da divisão do trabalho são mais morais do que econô-

micos, uma vez que são os fatores que unem os indivíduos numa sociedade, pois geram um sentimento de solidariedade entre aqueles que realizam as mesmas funções.

Podemos dizer, pois, de maneira geral, que a característica das regras morais é que elas enunciam as condições fundamentais da solidariedade social. O direito e a moral são o conjunto de vínculos que nos prendem uns aos outros e à sociedade, que fazem da massa de indivíduos um agregado e um todo coerente. É moral, pode-se dizer, tudo o que é fonte de solidariedade, tudo o que força o homem a contar com outrem, a reger seus movimentos com base em outra coisa que não os impulsos do seu egoísmo [...]
(DURKHEIM, 1893, p. 420).

Em *O suicídio*, o tema da anomia reaparece com força e com uma perspectiva mais precisa, trazendo argumentos para o debate que já vinha acontecendo no século XVIII sobre o mal-estar da sociedade moderna. Nesta obra, Durkheim fez correlações estatísticas entre as taxas de suicídio e fenômenos sociais, buscando identificar forças sociais que regem o suicídio e classificando-o em diferentes tipos. Apesar de admitir que existam predisposições psicopatológicas para o ato, o sociólogo considerava que o suicídio era antes de mais nada um fato social. Com base nesse critério, classificou o suicídio em quatro tipos: egoísta, altruísta, fatalista e anômico (DURKHEIM, 1897).

O suicídio anômico acontece quando a sociedade sofre intensas transformações e perde seus referenciais, os indivíduos se veem envoltos por incertezas, as leis reguladoras de outrora já não fazem mais sentido e se esvaziam, e, dessa maneira, os estados de insatisfação e indeterminação crescem, trazendo sentimentos de descontentamento e frustração, que ocasionam uma ruptura social e moral. A anomia passa a ser vista como uma patologia social, levando os indivíduos ao sofrimento e ao suicídio.

Assim, não é verdade que a atividade humana possa ser libertada de todos os freios. Não há nada no mundo que

possa gozar de tal privilégio. [...] O que o homem tem de característico é que o freio ao qual está submetido não é físico, mas moral, ou seja, social. Ele recebe a lei não de um meio material que se lhe impõe brutalmente, mas de uma consciência superior à sua e cuja superioridade ele sente. [...] Só que, quando a sociedade é perturbada, seja por uma crise dolorosa ou por transformações favoráveis, mas por demais repentinas, ela fica provisoriamente incapaz de exercer essa ação; e daí provêm as bruscas ascensões da curva de suicídios cuja existência constatamos acima (DURKHEIM, 1897, p. 320).

Durkheim afirma que o mal anômico é, também, “o mal do infinito” (DURKHEIM, 1897, p. 346). Segundo o sociólogo, em condições econômicas favoráveis o homem amplia suas possibilidades de realização. E, dessa forma, se torna mais individualista, afastando-se das normas reguladoras da sociedade. Sem leis que sirvam de apoio, o homem ambiciona a tudo. Porém, a sua insaciabilidade, decorrente do desequilíbrio entre necessidades e meios, faz com que ele se torne um eterno insatisfeito. Quando uma estrutura normativa sofre mudanças, a conduta individual também sofre perturbações (DURKHEIM, 1897).

Outro pensador que se propôs a aprofundar o tema da anomia foi Robert Merton, sociólogo americano que viveu entre 1910 e 2003 e escreveu sobre a estrutura da sociedade industrial de seu país. Em sua tese, *Social theory and social structure*, Merton (1968) defende que a estrutura social, quando é incapaz de disponibilizar os meios institucionais para se atingir os fins culturais na mesma proporção a todos os membros da sociedade, pode produzir um estado de anomia, ou seja, a manifestação de um comportamento no qual as normas sociais são abandonadas ou contornadas, surgindo então comportamentos perversos.

É importante frisar que muitos críticos apontam que Durkheim desenvolveu uma espécie de ‘sociologismo’, negando aspectos importantes do sujeito. Neste trabalho, pretendo evitar dualismos entre indivíduo e sociedade, visto que, para a psicanálise freudiana, não existe sujeito sem cultura.

As relações de um indivíduo com os pais, com os irmãos e irmãs, com o objeto de seu amor e com seu médico, na realidade, todas as relações que até o presente constituíram o principal tema da pesquisa psicanalítica, podem reivindicar serem consideradas como fenômenos sociais [...] (FREUD, 1921, p. 81).

Freud (1908) revela, em *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna*, que a neurose não é apenas uma formação do inconsciente, mas produto da intersecção deste com a modernidade. Pensar o sujeito da psicanálise freudiana é pensá-lo inscrito na cultura, uma cultura de mal-estar, de conflitos e também de laço social.

3 ANOMIA E MAL-ESTAR NA CULTURA

Freud não se omitiu de pensar a cultura do seu tempo. Nas palavras de Vladimir Safatle:

[...] longe de se colocar apenas como uma clínica do sofrimento psíquico, a psicanálise freudiana procurou, desde seu início, ser reconhecida também como teoria das produções culturais para desvendar a maneira com que sujeitos mobilizam sistemas de crenças, afetos, desejos e interesses para legitimar modos de integração a vínculos sociopolíticos (SAFATLE, 2010, on-line).

Para o psicanalista Joel Birman (2016), era o estatuto do sujeito no mundo moderno o que instigava Freud em suas indagações ainda hoje perturbadoras, como na obra *O mal-estar na civilização* (1930 [1929]).

Freud (1921) afirma, no primeiro parágrafo do texto *Psicologia de grupo e análise do ego*, que a psicologia individual é ao mesmo tempo psicologia social. Certamente ele não os considerava como entidades separadas, mas sim como algo que se entrelaçava naturalmente. Freud aprofundará a compreensão de que o ser humano não concebe a própria história isoladamente, necessitando sempre

do outro para sobreviver e se desenvolver, pondo o social em questão na clínica psicanalítica.

O contraste entre psicologia individual e psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. É verdade que a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social (FREUD, 1921, p. 81).

A partir deste ponto do trabalho, a ideia é trazer a discussão sobre a anomia para os nossos tempos, a pós-modernidade.

Fazendo um paralelo com as mudanças trazidas pela Revolução Industrial, a abordagem sobre a anomia se reatualiza quando pensamos na perspectiva da pós-modernidade e das transformações trazidas pela Revolução Digital, marcada por um afrouxamento das regras e da rigidez moral. Hiperconectividade, consumismo, imediatismo, performance, hedonismo, características desta nova época que o sociólogo Zygmunt Bauman (2001) chamou de “modernidade líquida”. Mudanças e exigências que colocam a sociedade em novos impasses e novas configurações de trabalho e relacionamento. O fenômeno anômico ganha outras roupagens, embora traga os mesmos desdobramentos. Independente da época, quando há uma perda dos referenciais normativos, há um estado de insatisfação generalizado, tornando-se propício o aparecimento de comportamentos perversos.

Partindo de suas inquietações sobre a clínica atual, a psicanalista Marilucia Melo Meireles (2012) escreve o livro *Anomia: ruptura civilizatória e sofrimento*

psíquico, no qual procura traçar uma articulação entre as noções de lei na psicanálise e vivências edípicas.

A inclusão desse fenômeno sociológico torna-se imprescindível em uma reflexão sobre a clínica atual, porque ele trata da perda de referenciais mínimos e organizadores da sociedade, que resulta do desmoronamento das funções reguladoras da ordem coletiva. Essa “ausência de normas”, do ponto de vista social, é a baliza que falta ao cidadão para definir os objetivos de sua ação (MEIRELES, 2012, p. 94).

Dentro dessa mesma perspectiva, os autores do capítulo “Anomia e declínio da autoridade paterna”, contido na obra *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico* (2018), também traçam um paralelo entre a anomia e o efeito do declínio da autoridade central, ou melhor, da organização patriarcal.

Ao compreender a nova organização do capitalismo pela via da anomia, pudemos identificar um paradoxo no qual, ao mesmo tempo que os indivíduos ganham liberdade, eles sucumbem ao desamparo frente ao surgimento de uma atmosfera de indeterminação. O relaxamento da regulação moral, a descrença na ciência, a falência do Estado e a reorganização no campo do trabalho produziram efeitos sistêmicos nas formas de vida contemporâneas. A conquista da mobilidade social e a valorização do individualismo vieram acompanhadas de situações de sofrimento derivadas de uma desorientação quanto ao significado da vida (ALVES et al., 2018, p. 126).

Com o intuito de seguir pensando o fenômeno da anomia, além da leitura dessas autoras, percorri as obras de Freud e de outros psicanalistas que possibilitaram uma construção e ampliação do tema. Faço uma costura entre as obras *Totem e tabu* e *O mal-estar na civilização*, e trago algumas contribuições de Lacan, além do psicanalista Hélio Pellegrino.

Pensando na teoria freudiana sobre a sexualidade, que a inscreve na organização do aparelho psíquico (FREUD, 1905), a criança atravessa fases do desenvolvimento psicosssexual. Cada fase diz respeito a uma etapa do desenvolvimento da libido em que há a preponderância de uma zona erógena e uma modalidade específica de relação com o objeto.

Na fase fálica, que ocorre entre 3 e 5 anos de idade, o menino vive o apogeu do complexo de Édipo quando deseja sexualmente a mãe e rivaliza com o genitor do sexo oposto, tendo desejos parricidas e incestuosos. No artigo “A organização genital infantil: uma interpolação com a teoria da sexualidade”, Freud (1923) postula sobre a primazia do falo. A criança de ambos os sexos conhece apenas um tipo de órgão sexual, o masculino. Assim, segundo ele, na fase fálica o desenvolvimento sexual infantil avança até um determinado ponto no qual o órgão genital masculino assume papel principal, tempo de monismo fálico.

Tomando como modelo o Édipo masculino, o menino luta contra a interdição do incesto, que o separa da mãe. Ao descobrir a diferença anatômica dos sexos, passa a temer a castração, o medo de perder o pênis, como um castigo imposto pelo pai, faz o menino recuar. É através da entrada de um terceiro, representante do interdito e da lei, que a criança é introduzida na cultura. A lei, representada pelo significante paterno, permite que a criança internalize a proibição do incesto e se identifique com os valores paternos. Desse modo, está inscrita na cultura. Este processo implica uma renúncia pulsional, tanto erótica quanto agressiva (FREUD, 1924).

Para o psicanalista Hélio Pellegrino, em seu artigo “Pacto edípico e pacto social” (1983), é necessário o temor à castração para que a lei seja cumprida, mas não apenas isso. A autêntica aceitação do interdito do incesto só é possível porque a criança também se sente amada e respeitada. Segundo Pellegrino (1983, p. 10), “O Édipo proíbe o incesto, sem dúvida, mas permite todas as outras escolhas que não sejam incestuosas”.

Para compreendermos como se estrutura a lei e a ordem social a partir da autoridade paterna, trago a obra *Totem e tabu*. Freud (1913 [1912-13]) relata que seu primeiro estímulo para escrever este ensaio se deu a partir das obras de Wilhelm Wundt e Carl Jung. Assim, se debruça nos trabalhos de J.G. Frazer,

Charles Darwin e Andrew Lang sobre o totemismo e os povos primitivos para elaborar sua própria teoria sobre as origens da cultura e do sujeito, organizada a partir da proibição do incesto.

Nessas tribos, vigia o sistema do totemismo, não existiam instituições sociais ou religiosas, elas tinham como característica comum a exogamia. As pessoas do mesmo clã não poderiam se casar entre elas, criando um sistema que barrava o incesto, principalmente entre mãe e filho, pois os clãs se formavam mais comumente a partir da linhagem feminina. Assim, os laços formados pelo clã totêmico eram mais importantes que os laços de sangue (FREUD, 1913 [1912-13]).

Segundo Freud (1913 [1912-13], p. 22), o totem “Via de regra é um animal [...] e mais raramente um vegetal ou fenômeno natural [...], que mantém relação peculiar com todo clã”. A relação dos integrantes do clã com o seu totem é a base de todas as suas obrigações sociais.

O método de legislação dos povos primitivos era extremamente rígido, contendo uma série de tabus a serem evitados para que não ocorressem severas punições. As leis do tabu tinham como intuito principal evitar o parricídio (não matar o animal totêmico) e o incesto (não manter relações sexuais com pessoas do mesmo totem). Freud fez questão de frisar que estes foram os dois crimes cometidos por Édipo (FREUD, 1913 [1912-13]).

Apesar de não haver uma compreensão consciente e deliberada sobre o porquê dessas leis para os povos primitivos, elas eram obedecidas com rigor pelo temor à punição. Mas, para Freud, existia uma explicação: a necessidade da proibição do incesto está diretamente relacionada com a vontade de cometê-lo, por isso sempre existe uma ambivalência nos tabus (FREUD, 1913 [1912-13]).

O mito freudiano da horda primitiva e do assassinato do pai está fortemente apoiado na descrição de uma horda selvagem feita por Charles Darwin. Em *Totem e tabu*, Freud (1913 [1912-13]) descreve uma situação em que existia um pai todo-poderoso e tirânico que despertou sentimentos hostis nos seus filhos, pois esse pai tirânico tomava para si todas as mulheres do clã. Um dia, rebelando-se, os filhos se organizam e, em um ato de violência, matam o pai e o devoram, como uma espécie de orgia canibalesca, colocando fim à horda patriarcal. O canibalismo foi a forma de se identificar e incorporar parte de sua força. Apesar de odiarem

esse pai, que representava um obstáculo aos seus anseios incestuosos, também nutriam sentimentos de amor. Assim, esse ato violento gerou um sentimento de culpa filial e também a percepção de que os desejos sexuais dividem os homens, não os unem, pois os irmãos se tornariam rivais e acabariam se destruindo. A partir disso, se instituiu uma nova ordem social, estabelecendo como regras: a exogamia, o totemismo baseado na proibição do assassinato do substituto do pai (o totem) e a proibição do incesto. Fica instituído, dessa forma, que nenhum deles ocuparia o lugar do pai da horda.

Através da narrativa do mito do pai da horda, Freud ilustra a constante tensão entre as exigências pulsionais e as exigências coletivas que possibilitam o laço social. “A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição, e uma comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião.” (FREUD, 1913 [1912-13], p. 145).

Freud (1913 [1912-13]) nos mostra que o sistema totêmico nada mais é do que o pacto com o pai, no qual este deve garantir tudo aos seus filhos: proteção, cuidado e indulgência; enquanto os filhos se comprometem a respeitar e zelar pela vida desse pai. Assim, o totem é o primeiro representante paterno.

Podemos pensar que o que se produziu na sociedade totêmica dos povos primitivos, após o assassinato do pai da horda, foi um estado de anomia, de completa ausência de normas e regulações concretas. Perdeu-se o referencial que orientava aquela tribo, o organizador central. Para barrar a violência, fez-se necessária a instituição de uma nova ordem social, de um pacto civilizatório, com regras e leis que reconheçam a alteridade e o respeito à ordem, alicerces que estruturam uma civilização.

O veto ao parricídio pertence ao campo do simbólico, permitindo ao homem reconhecer que o desejo sexual está sob proteção dessa proibição, pela garantia da manutenção de um acordo tácito e civilizador.

Freud (1913 [1912-13]) postula a existência do complexo de Édipo já nas organizações totêmicas. A fantasia de castração corresponde também a uma das fantasias originárias, à qual Freud atribui dimensão filogenética. Tanto em *Totem e Tabu* como em toda a extensão da obra freudiana, as versões do pai indicam que

sua função está sempre ligada à noção de lei e à transmissão dela para as gerações vindouras.

Hélio Pellegrino (1983) retoma o pacto social trazido pela obra freudiana fazendo uma comparação entre o pacto social e o pacto edípico e as consequências do dismantelamento do primeiro para o segundo. Para este psicanalista, a *Lei da Cultura* é um pacto e, portanto, implica direitos e deveres, o mesmo devendo ocorrer com o pacto social. A *Lei da Cultura*, a partir da renúncia pulsional, abre para a criança ganhos fundamentais, assim o pacto social deve possibilitar, para o trabalhador, direitos inalienáveis, pois se verifica uma renúncia ao princípio de prazer em prol do trabalho e da vida em sociedade. Porém, se por algum motivo este pacto social não é respeitado, e o trabalhador perde seus direitos, essa ruptura pode ter consequências graves para o tecido social. O trabalho pode se tornar sem sentido, tanto quanto o sacrifício da renúncia. E, dessa maneira, os pactos podem ser rompidos.

A ruptura com o pacto social, em virtude da sociopatia grave [...], pode implicar a ruptura, ao nível inconsciente, com o pacto edípico. Não nos esqueçamos que o pai é o primeiro e fundamental representante, junto à criança, da Lei da Cultura. Se ocorre, por retroação, uma tal ruptura, fica destruído, no mundo inteiro, o significante paterno, o Nome-do-Pai, e em consequência o lugar da Lei. Um tal desastre psíquico vai implicar o rompimento da barreira que impedia – em nome da Lei – a emergência dos impulsos delinquentiais pré-edípicos [...]. Assistimos a uma verdadeira volta do recalcado. Tudo aquilo que ficou reprimido – ou suprimido – em nome do pacto com o pai, vem à tona, sob forma de conduta delinquente e antissocial (PELLEGRI-NO, 1983, p. 11).

Pellegrino (1983) associa o surto de violência e delinquência do Brasil de sua época, tempos de ditadura militar, como uma resposta perversa ao rompimento com o pacto social, desencadeada pela corrupção e pelo descumprimento dos direitos básicos da população trabalhadora. Segundo o psicanalista, a ruptura com

o pacto social precipita, com grave frequência, a ruptura com a *Lei da cultura*. Qualquer semelhança com o momento brasileiro atual não é mera coincidência.

O pobre absoluto não tem por que manter o pacto social com uma sociedade que o reduz à condição de detrito, ao mesmo tempo que, em seus extratos dirigentes, se entrega à corrupção e ao deboche impune. [...] Ao romper com o pacto social, na medida em que não tenha uma alternativa político-transformadora – e libertadora – rompe, ao mesmo tempo, e por retroação, com a Lei da Cultura. Comete, no mundo inconsciente, parricídio puro e simples e, tendo destruído as barreiras antepostas aos seus impulsos primitivos, entrega-se a eles e parte para a delinquência: roubo, homicídio, estupro, sequestro – e tudo o mais (PELLEGRINO, 1983, p. 11).

Marilucia Melo Meireles cita a obra freudiana *o Futuro de uma ilusão* (1927) para corroborar a tese de Pellegrino, Freud afirma que: “[...] sob condições sociais injustas ao extremo, a parcela prejudicada da sociedade pode não internalizar as leis que as oprimem” (MEIRELES, 2012, p. 121).

Se nos voltarmos para as restrições que só se aplicam a certas classes da sociedade, encontraremos um estado de coisas que é flagrante e que sempre foi reconhecido. É de esperar que essas classes subprivilegiadas invejem os privilégios das favorecidas e façam tudo o que podem para se liberarem de seu próprio excesso de privação. Onde isso não for possível, uma permanente parcela de descontentamento persistirá dentro da cultura interessada, o que pode conduzir a perigosas revoltas. Se, porém, uma cultura não foi além do ponto em que a satisfação de uma parte e de seus participantes depende da opressão da outra parte, parte esta talvez maior – e este é o caso em todas as culturas atuais –, é compreensível que as pessoas assim oprimidas desenvolvam uma intensa hostilidade para com uma cultura cuja existência

elas tornam possível pelo seu trabalho, mas de cuja riqueza não possuem mais do que uma quota mínima. Em tais condições, não é de esperar uma internalização das proibições culturais entre as pessoas oprimidas. Pelo contrário, elas não estão preparadas para reconhecer essas proibições, têm a intenção de destruir a própria cultura e, se possível, até mesmo aniquilar os postulados em que se baseia. A hostilidade dessas classes para com a civilização é tão evidente, que provocou a mais latente hostilidade dos estratos sociais mais passíveis de serem desprezados. Não é preciso dizer que uma civilização que deixa insatisfeito um número tão grande de seus participantes e os impulsiona à revolta, não tem nem merece a perspectiva de uma existência duradoura (FREUD, 1927, p. 21-22).

Também podemos nos perguntar como fica a referência à lei simbólica no panorama atual, pois parece deixar lacunas importantes no seu exercício. Ineficiente na função de interdição, a lei falha. Não mais interdito e tampouco amparado, o sujeito se vê convocado ao excesso e sem referenciais.

Pensando nestas questões fica evidente a atemporalidade dos dilemas da civilização. Em *O mal-estar na civilização*, Freud (1930 [1929]) já denuncia os conflitos existentes na época diante de um contexto repressor e a luta hercúlea pela renúncia das satisfações pulsionais em prol da convivência em sociedade.

Traçando um paralelo entre os processos civilizatórios e o desenvolvimento libidinal do indivíduo, Freud (1930 [1929]) propôs a existência de um superego coletivo que se formaria de modo semelhante ao individual, com o intuito de manter a ordem social. O superego seria a instância responsável por criar o sentimento de culpa, que nada mais é do que um medo da perda do amor. Se existe a ameaça de perder o amor, desse alguém de quem se é dependente, também existe a ameaça de ficar desprotegido ante os perigos.

Freud (1930 [1929], p. 119) acreditava que: “O homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança.”. Esse era o preço para viver na cultura. Se, por um lado, a civilização produz parte do mal-estar humano, por outro, o homem também encontra

coisas (ciência, progresso, tecnologia, etc.) por meio das quais tenta se proteger do sofrimento.

E o que produz o nosso mal-estar hoje? Ao contrário da repressão cultural do século passado, tudo parece permitido, dando indícios de que algo no exercício da lei simbólica está frouxo. Como nos diz o psicanalista e escritor francês Charles Melman (2003), hoje se observa a exigência do gozo a qualquer preço. A busca desenfreada pelo gozo também gera mal-estar, pois não há um interdito. Sem a cultura ordenada pela lei, o indivíduo se sente desprotegido e inseguro.

O excesso de liberdade, a perda de referenciais e a fragilidade da lei levam o sujeito ao total desamparo, criando um solo fértil para o sofrimento psíquico.

4 ASPECTOS DA CLÍNICA ATUAL EM TEMPOS DE ANOMIA

Dentro do contexto apresentado até aqui podemos nos interrogar a respeito da clínica atual. Para a psicanalista Marilucia Melo Meireles (2012), o conceito de anomia pode ampliar a compreensão da clínica atual porque seus efeitos estão presentes, como manifestações clínicas, nas queixas e nos sofrimentos dos pacientes, inseridos na psicopatologia cotidiana. A psicanalista em questão escreve o ensaio, originário de sua dissertação de mestrado, *Anomia: ruptura civilizatória e sofrimento psíquico* (2012) a partir de suas inquietações com a clínica, que, segundo a autora, vem testemunhando uma mudança entre a representação herdada dos pacientes que surgiram com a psicanálise e daqueles que hoje são atendidos nos consultórios.

Os avanços tecnológicos são exponenciais e trazem mudanças significativas no laço social. As crianças de hoje disputam a atenção dos pais com os celulares e outras engenhocas modernas. Na Alemanha, uma menina de 7 anos conseguiu engajar mais 150 crianças a protestarem contra o uso excessivo de celulares pelos adultos, usando frases como: “brinquem comigo, não com o celular” (CRES-CER, 2018). Especialistas de diversas áreas também chamam a atenção dos pais sobre o tempo que passam interagindo com celulares e *tablets* (STANGE, 2017).

Somos submetidos a um bombardeio diário de informação e novidades no mundo digital. Como lidar com tanta inovação, imediatismo e hiperconexão? Os relacionamentos são fugazes e a escolha é dificultada pelas inúmeras possibilida-

des em aplicativos de paquera disponíveis *full time*. Porém, a presença, esta, não é tão possível.

Todas essas transformações trazem a promessa de facilitar a vida das pessoas, mas, na prática, podem se apresentar como formas de sofrimento em uma sociedade marcada pelo individualismo. O sujeito sucumbe porque não sabe mais o que faz sentido, tampouco consegue fazer escolhas diante dessa crise nas expressões normativas que outrora o guiaram. O compasso da mudança opera em uma velocidade tão rápida que parece que não dá tempo de acompanhar tudo, e, de fato, não dá. Segundo Safatle:

O modelo típico é a noção de anomia em Durkheim. Tudo se passa como se a complexificação das possibilidades de escolha e dos horizontes de decisão individual levassem a uma espécie de desregulamentação das normas sociais, provocando incapacidade de decisão e um sofrimento que poderia gerar suicídio (SAFATLE, 2018, on-line).

Os sintomas também parecem apresentar características anômicas. Diariamente, pacientes são diagnosticados com “ataques de pânico” nas emergências dos hospitais e nos consultórios dos cardiologistas. As chamadas patologias do vazio denunciam que algo se passa com esses sujeitos, mas eles não sabem nomear. Alheios àquilo que os faz sofrer, carecem de sentido para o viver.

Estas novas formas de sofrimento parecem exigir dos psicanalistas um comprometimento constante com o estudo e a escrita em psicanálise, desde a perspectiva metapsicológica. É preciso que se criem espaços para nos indagarmos e repensarmos nossa escuta. Como a psicanálise compreende essas transformações culturais? Os psicanalistas reconhecem ou percebem mudanças na prática clínica? Como sustentam teoricamente essa escuta?

Perante as questões da clínica atual, o psicanalista Joel Birman (1997 apud MEIRELES, 2012, p. 69) acredita que: “[...] a psicanálise deve posicionar-se, uma vez que o mal-estar na civilização sempre foi matéria-prima do saber psicanalítico”. Sua sobrevivência histórica e seu fôlego no universo da cultura dependem de sua articulação com esse mal-estar.

O percurso vertiginoso pelos novos destinos do desejo foi realizado com a psicanálise conjugada a outros saberes. A psicanálise ainda é saber mais consistente, construído pelo Ocidente, para indagar as relações turbulentas do sujeito com seu desejo, ficando para isso nos limiares da morte, do gozo e da violência, que nos entreabrem para o que existe de horror no universo das delícias eróticas.

Acredito que tudo isso é óbvio e ainda evidente. Porém, quero sublinhar também, de maneira vigorosa, como a psicanálise deve se repensar em alguns de seus fundamentos, para ficar sensível e conseguir ser potente no que tange ao mal-estar na atualidade. Esta seria a única maneira de a psicanálise continuar a ser operante no contexto de trevas, obscurantismo e fundamentalismo em que vivemos hoje em dia (BIRMAN, 2016, p. 27).

Diante desses questionamentos me parece que a investigação psicanalítica através da pesquisa e da produção científica deve seguir incansável, bem como ocupar espaços para além das instituições psicanalíticas e seus pares. Para isso, o psicanalista precisa estar disposto a dialogar, promover o intercâmbio com outros saberes e estar sempre aberto ao novo.

Como sabem, nunca nos vangloriamos da inteireza e do acabamento definitivo de nosso conhecimento e de nossa capacidade. Estamos tão prontos agora, como estávamos antes, a admitir as imperfeições da nossa compreensão, a aprender novas coisas e alterar nossos métodos de qualquer forma que os possa melhorar (FREUD, 1919 [1918], p. 173).

Assim, quem sabe, poderemos dar continuidade à obra freudiana e ao espírito investigativo que o acompanhou durante toda sua trajetória.

5 QUAL A MARCA DA INDETERMINAÇÃO?

Com o intuito de fazer uma reflexão final, lanço mão de alguns conceitos da teoria lacaniana para auxiliar na questão da anomia, pensando nela como este lugar amorfo, de inação.

Ao nascer, Édipo não recebeu dos pais biológicos nenhum nome, foi condenado à morte desde seu nascimento. Porém, no momento em que um pastor de Corinto salva a sua vida e o nomeia, deixa uma marca na constituição de Édipo, agora sujeito.

Lacan trabalha o conceito de identificação como uma operação estrutural da constituição do sujeito do inconsciente em sua relação com o significante, vinculando-a ao conceito de traço unário. O traço unário seria a primeira marca que a criança recebe, a primeira marca do surgimento do sujeito a partir do significante (LACAN, 1961-1962).

O sujeito é, inevitavelmente, dependente da linguagem para se constituir. É a partir de uma ordem simbólica externa e já instituída, prévia a seu advento, que o sujeito encontra um lugar através do qual se inscrever. Essa ordem simbólica é entendida a partir da noção de grande Outro. Ou seja, é esse grande Outro, portanto, que permite a entrada do ser na vida.

Nesse processo, Lacan (1960, p. 822) esclarece que a mãe ou aquele que irá realizar a função materna é elevada à potência simbólica, detentora dos poderes da fala, de tal forma que: “O dito primeiro decreta, legifera, sentencia, é oráculo, confere ao outro real sua obscura autoridade.”, deixando na criança uma cicatriz permanente.

Pensando no tema deste trabalho me interrogo: em tempos de anomia, como será feito esse investimento libidinal que dará origem às primeiras marcas da criança? Como esses pais, vivendo em tempos de complexificação das possibilidades de escolha, de excesso de conexão virtual e ausência de presença real, irão inscrever essas primeiras marcas? Como irá se constituir esse sujeito atravessado por um tempo em que a ação específica pode falhar pela dificuldade em tomar uma posição diante do outro? Como se dará o processo de simbolização desse sujeito?

Diante desse vazio, dessa experiência de dor que o não saber e a falta nos conferem, me proponho a seguir pensando. Para encerrar este trabalho, compartilho

o parágrafo final do texto *Tracejando o Édipo* (2018), das colegas cepianas, que pode dar pistas de um possível caminho:

É dessas histórias-relato, dessas produções artísticas desprovidas de emoções, sem possibilidade neste momento de fazer sentido, de ligar-se, de pensar outras saídas possíveis para suas vidas, em que “tudo é igual”, que nos convoca a escutar para alguém do Édipo propriamente dito, na tentativa de, por meio dessas marcas, ir tecendo possibilidades de se fazerem registros, fixações para, quem sabe, poder, a partir daí, “adquirir coisas”, contar uma história (HAUSEN et al., 2018, p. 52).

São perguntas que inquietam, mas, por ora, permanecem sem respostas.

REFERÊNCIAS

ALVES, K. *et al.* Anomia e declínio da autoridade paterna. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

ANOMIA. In: ANDERS, V. *et al.* **Etimología de anomia**. c2001-2019. Disponível em: <http://etimologias.dechile.net/?anomia>. Acesso em: 7 nov. 2018.

ANOMIE. In: BARONI, M.; ZANCHETTA, E. (orgs.). **WordReference.com**. c2019. Disponível em: <http://www.wordreference.com/definition/anomie>. Acesso em: 7 nov. 2018.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CRESCER. Crianças protestam contra uso excessivo do celular pelos pais. **Revista Crescer**, São Paulo, 14 set. 2018. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Curiosidades/noticia/2018/09/criancas-protestam-contr-a-uso-excessivo-do-celular-pelos-pais.html>. Acesso em: 7 nov. 2018.

DEFINITION of aphasia. *In*: LEXIC.us. c2019. Disponível em: <https://www.lexic.us/definition-of/aphasia>. Acesso em: 6 nov. 2018.

DURKHEIM, É. (1893). **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, É. (1897). **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREUD, S. (1891). **Sobre a concepção das afasias**: um estudo crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 1)

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 7).

FREUD, S. (1908). Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 9).

FREUD, S. (1913 [1912-13]). Totem e tabu. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 13).

FREUD, S. (1919 [1918]). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 17).

FREUD, S. (1921). Psicologia de grupo e análise do ego. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 18).

FREUD, S. (1923 [1922]). Dois verbetes de enciclopédia. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 18).

FREUD, S. (1923). A organização genital infantil (uma interpolação na teoria da sexualidade). *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 19).

FREUD, S. (1924). A dissolução do complexo de Édipo. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 19).

FREUD, S. (1927). O futuro de uma ilusão. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 21).

FREUD, S. (1930 [1929]). O mal-estar na civilização. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira, 21).

GARCIA-ROZA, L. A. As afasias de 1891. *In*: FREUD, S.; GARCIA-ROZA, L. A. **Afasias: Sobre a concepção das afasias/As afasias de 1891**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

HAUSEN, D. C. *et al.* Tracejando o Édipo. *In*: LIMA, J. L.; HAUSEN, D. C.; MEIRA, A. C. (org.). **Édipo: enigma na atualidade**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

HAUSEN, D. C. *et al.* Vazio teórico: inquietações na clínica. *In*: CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS DE PORTO ALEGRE. **Sexualidade: três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2016.

LACAN, J. (1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1961-1962). **A identificação: seminário**. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.

LORING, D. **INS dictionary of neuropsychology**. New York: Oxford University, 1999.

MEIRELES, M. M. **Anomia: ruptura civilizatória e sofrimento psíquico**. 2. ed. São Paulo: CasaPsi, 2012.

MELMAN, C. **O homem sem gravidade**: gozar a qualquer preço. Entrevistas por Jean-Pierre Lebrun. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

MERTON, R. K. **Social theory and social structure**. New York: Free Press, 1968.

MORATO, E. M. (org.). **Sobre as afasias e os afásicos**: subsídios teóricos e práticos elaborados pelo Centro de Convivência de Afásicos (Universidade Estadual de Campinas). Campinas: Unicamp, 2002.

PELLEGRINO, H. Pacto edípico e pacto social. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.884, 11 set. 1983. Folhetim, n. 347, p. 9-11. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8526&anchor=4204595&origem=busca&pd=68d271c8a45ba1cfe7da35e84c0d680a>. Acesso em: 4 nov. 2018.

SAFATLE, V. Freud e a teoria social. **Revista Cult**, São Paulo, 22 jun. 2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/freud-e-a-teoria-social/>. Acesso em: 7 nov. 2018.

SAFATLE, V. Sofrimento de determinação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2018/06/sofrimento-de-determinacao.shtml>. Acesso em: 7 nov. 2018.

STANGE, P. Pais muito conectados, filhos mais rebeldes. **Gazeta Online**, 26 maio 2017. Bem estar e saúde. Disponível em: https://www.gazetaonline.com.br/bem_estar_e_saude/2017/05/pais-muito-conectados-filhos-mais-rebel-des-1014059282.html. Acesso em: 7 nov. 2018.

ZEITGEIST. *In*: LEXICO. c2019. Disponível em: <https://www.lexico.com/en/definition/zeitgeist>. Acesso em: 22 set. 2019.

Anomie and Discontent in the 21st Century

ABSTRACT

In this paper I intend to address the concept of “anomie” described by sociologist Émile Durkheim, during the Industrial Revolution in the 18th Century, and the possible interlacement with Psychoanalysis. According to Durkheim, when sudden and intense changes in social configuration occur, the norms and laws in force become obsolete and deprived of meaning, generating a sense of indetermination and discontent. Bearing this concept in mind I question whether nowadays, with the Digital Revolution and the complexification of choices, we are going through new times of anomie and, if so, what the discontent that is revealed in the psychoanalytic clinical practice of our times is. In order to do so I rely on Freud’s *Civilization and Its Discontents* and the way he regards cultural phenomena and I present some of my reflections on the establishment of the law and social bond from the father of the horde’s myth in *Totem and Taboo*. I make use of contributions from contemporary psychoanalysts such as: Hélio Pellegrino and Marilucia Melo Meireles in their book *Anomia: ruptura civilizatória e sofrimento psíquico*. Finally, I reflect on the aspects of contemporary psychoanalytic clinic in times of anomie and the importance of continuing to produce, investigate and theorize about knowledge that never ceases.

Keywords: Anomie. Psychoanalysis. Contemporaneity. Discontent.